



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

DOS ELEMENTOS TEXTUAIS CONSTITUTIVOS DO DISCURSO

PARLAMENTAR: uma contribuição para a revisão de textos

Cláudia Leite Machado¹

RESUMO

Este artigo tem como finalidade principal descrever e analisar, por um lado, as partes constitutivas do gênero textual discurso parlamentar e, por outro lado, revelar o predomínio do(s) tipo(s) textual(is) e o domínio discursivo ao qual pertence o gênero em estudo. Para isso, seguimos os teóricos da linguística textual (MARCUSCHI E KOCH) e o linguista João Dino dos Santos - estudioso do discurso parlamentar. Os resultados desta pesquisa apontam para o entendimento das partes constitutivas do gênero textual e suas relações de sentido, além disso, instiga os revisores de textos a entender melhor as especificidades macro e microestruturais do discurso parlamentar.

Palavras-chave: Discurso parlamentar. Elementos constitutivos. Revisão de texto.

¹ Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em revisão de texto, sob orientação da Professora Doutora Edineide dos Santos Silva.

1 INTRODUÇÃO

Elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Revisão de Texto: Gramática, Linguagem e a Construção/Reconstrução do Significado, no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD), este estudo preliminar tem como objetivo geral descrever as principais características do discurso parlamentar e explicitar os movimentos desse gênero textual. O objetivo específico trata de apontar essas características e os tipos de texto no discurso escolhido como objeto de análise para este artigo.

Ao propor a sistematização dos processos que envolvem a formação dos discursos parlamentares, este trabalho não tem a intenção de analisar mérito, conteúdo, mas características macro e microtextuais do discurso.

Para alcançar esses objetivos, a seleção do texto foi fruto de uma pesquisa que objetivou escolher o discurso com abrangência maior de recursos linguísticos entre os pronunciamentos proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e que abrangesse a maioria das características sugeridas por Santos (2014) referentes ao discurso parlamentar. Procurei o professor Santos (2014) e perguntei-lhe onde eu encontraria tal discurso para ser objeto de análise deste artigo científico. Seguindo orientação dele, estudei vários discursos entre os existentes nos Perfis Parlamentares da Câmara e do Senado, local que reúne os principais discursos dos parlamentares. Na contemporaneidade, ele me sugeriu discursos de Pedro Simon e Jefferson Peres, ex-senadores. No passado próximo, ele me sugeriu San Tiago Dantas, ex-deputado Federal, e, é claro, Rui Barbosa, ex-deputado, ex-ministro da Fazenda e ex-senador, que proferia os mais brilhantes discursos.

Foram lidos dezenas de discursos, mas poucos foram escolhidos. O primeiro texto escolhido foi o discurso de despedida proferido pelo Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul. Apesar de ser um texto que abrangia vários tipos textuais, não pude escolhê-lo, pois tal análise demandaria muito tempo e seria um excelente material para ser esmiuçado em uma tese de doutorado, por exemplo, mas não em um artigo de pós-graduação. O segundo discurso escolhido também foi do Senador Pedro Simon, no qual ele se posicionava contra a corrupção que assolava o nosso país. No entanto, por também ser um texto muito longo, não pôde ser objeto de estudo deste artigo. Por fim, o *corpus* deste trabalho é constituído por um pronunciamento feito pelo então senador Jefferson Peres, do PDT do Amazonas, de 30 de agosto de 2006.

A pesquisa foi feita da seguinte forma: coleta, leitura e reflexão de textos teóricos a respeito dos discursos parlamentares, tipos e gêneros textuais, com ênfase nas estratégias sugeridas por Santos (2014), Marcuschi (2008) e Koch (2011); escolha do discurso parlamentar que foi objeto de análise deste artigo; por fim, aplicação das estratégias de formação do discurso parlamentar no discurso escolhido. O trabalho apresenta fundamentação teórica e análise do texto que compõem o *corpus*. Por fim, verifica se há uma identificação das estratégias propostas por Santos (2014), mestre em Linguística, no discurso parlamentar analisado.

O presente trabalho foi estruturado desta seguinte maneira: Introdução, contendo informações acerca do objeto de estudo, objetivos da pesquisa e metodologia; Noções de tipo e gênero textual, com ênfase nos ensinamentos de Marcuschi e Koch; Partes constitutivas do discurso parlamentar, com base nas estratégias de Santos; e, para finalizar, Apresentação e análise de dados do *corpus* quanto às noções de tipo, gênero e movimentos do discurso parlamentar.

2 LINGUAGEM, TIPO E GÊNERO TEXTUAL

Quando se trata de tipologia e gênero textual, não podem faltar considerações das referências no assunto Ingedore Koch e Luiz Antônio Marcuschi acerca do tema.

Para Marcuschi (2008), a linguagem é uma atividade interativa, dialógica, um enunciado de alguém para alguém.

Todo o uso e “funcionamento significativo da linguagem se dá em textos e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade” (MARCUSCHI, 2008, p. 22).

Parafraseando Koch (1999), um texto não é uma mera soma ou sequência de frases isoladas. Devemos nos atentar sempre à relação de sentido existente entre uma palavra e outra, entre um período e outro, entre um parágrafo e outro. Os textos não são compostos por frases soltas, sem sentido, sem contextualização e sem intencionalidade.

Ainda, segundo Koch e Elias (2014, p. 54), “(...) construímos, ao longo de nossa existência, uma competência metagenérica, que diz respeito ao conhecimento de gêneros textuais, caracterização e função (...)”. Essa competência metagenérica nos ajuda no momento de escrever algo para alguém de algum modo, ou seja, resume-se ao que escrever, como e para quem. Por exemplo, não se deve apresentar uma tese de doutorado utilizando-se de uma linguagem informal, não usar linguagem poética em conversa de bar, entre outros exemplos.

2.1 Tipos de texto

Os tipos textuais são limitados e categorizados por construções textuais teóricas que nos permitem reconhecer a que sequência tipológica o texto pertence. Basicamente, são estruturas formais que se dividem em narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

Ratificando essa informação, Marcuschi (2008, p. 154-155) afirma:

Tipo textual designa uma espécie de construção teórica (...) definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). (...) Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

Koch e Elias (2014) afirmam que a competência textual de cada falante permite que ele reconheça quais sequências predominam em um texto, ou seja, se predomina o caráter narrativo, o descritivo, o expositivo e/ou o argumentativo. Tal competência também permite que ele, como produtor do texto, escolha qual sequência lhe parece mais adequada a cada situação.

As tipologias textuais podem ser explicadas e ainda exemplificadas conforme as figuras a seguir:

Figura 1 - Descrição

1. Descritiva	“Sobre a mesa havia milhares de vidros.”	Este tipo de enunciado textual tem uma estrutura simples com um verbo estático no presente ou imperfeito, um complemento e uma indicação circunstancial de lugar
---------------	--	--

Fonte: Marcuschi (2005, p. 23).

Um texto é descritivo quando nele predominam sequências de relatos de um objeto, pessoa, cena ou situação estática. Não depende de tempo.

Figura 2 - Narração

2. Narrativa	““Os passageiros aterrissaram em Nova York no meio da noite.””	Este tipo de enunciado textual tem um verbo de mudança no passado, um circunstancial de tempo e lugar. Por sua referência temporal e local, este enunciado é designado como enunciado indicativo de ação.
--------------	--	---

Fonte: Marcuschi (2005, p. 23).

Diz-se que um texto é narrativo quando é composto por uma sequência de fatos em que os personagens agem em um determinado espaço e período de tempo.

Figura 3 - Exposição

3. Expositiva	<p>(a) ““Uma parte do cérebro é o <u>ó</u>rtex.””</p> <p>(b) ““O cérebro tem 10 milhões de neurônios.””</p>	<p>Em (a) temos uma base textual denominada de exposição sintética pelo processo da composição. Aparece um sujeito, um predicado (no presente) e um complemento com um grupo nominal. Trata-se de um enunciado de identificação de fenômenos.</p> <p>Em (b) temos uma base textual denominada de exposição analítica pelo processo de decomposição. Também é uma estrutura com um sujeito, um verbo da família do verbo ter (ou verbos como: “contém”, “consiste”, “compreende”) e um complemento que estabelece com o sujeito uma relação parte-todo. Trata-se de um enunciado de ligação de fenômenos.</p>
---------------	---	--

Fonte: Marcuschi (2005, p. 23).

Quando predomina um discurso cujo objetivo é explicar, estamos diante de um texto expositivo. Esse texto apresenta informações sobre um objeto ou um fato determinado, com descrição e enumeração de suas características.

Figura 4 - Argumentação

4. Argumentativo	““ A obsessão com a durabilidade de nas Artes não é permanente.””	Tem-se aqui uma forma verbal com o verbo ser no presente e um complemento (que no caso é um adjetivo). Trata-se de um enunciado de atribuição de qualidade.
------------------	---	---

Fonte: Marcuschi (2005, p. 23).

O texto da argumentação busca defender uma afirmação e convencer o leitor acerca dela. Assim, relaciona fatos, estudos, teses, opiniões, problemas e possíveis soluções com o fim de embasar a ideia defendida. Convém que o produtor do texto seja objetivo e evite argumentos desnecessários.

Figura 5 - Injunção

5. Injuntiva	““ pare!””, ““ seja razoável!””	Vem representada por um verbo no imperativo. Estes são os enunciados incitadores à ação. Estes textos podem sofrer certas modificações significativas na forma e assumir por exemplo a configuração mais longa onde o imperativo é substituído por um “deve”. Por exemplo; “Todos os brasileiros na idade de 18 anos do sexo masculino devem comparecer ao exército para alistarem-se.”
--------------	---------------------------------	---

Fonte: Marcuschi (2005, p. 23).

Por fim, o texto injuntivo é composto por sequências imperativas que ordenam ou sugerem algo ao leitor.

2.2 Gênero textual

Segundo Marcuschi (2008), os gêneros textuais são entidades sociodiscursivas que se vinculam profundamente à vida cultural e social de um povo. Eles ordenam e estabilizam as atividades de comunicação do dia-a-dia de todos.

Como eventos textuais maleáveis, dinâmicos e plásticos, existem inúmeros gêneros textuais. Para nos comunicarmos, sem percebermos, escolhemos alguns deles para determinadas práticas comunicativas.

Marcuschi (2008, p. 187) ratifica a ideia de gênero como elemento relativamente estável ao defender que

um gênero seria uma noção cotidiana usada pelos falantes que se apoiam em características gerais e situações rotineiras para identificá-lo. Tudo indica que existe um saber social comum pelo qual os falantes se orientam em suas decisões acerca do gênero de texto que estão produzindo ou que devem produzir em cada contexto comunicativo. Esses gêneros não surgem naturalmente, mas se constroem na interação comunicativa e são fenômenos sociointerativos.

Para Marcuschi (2008, p. 155), gênero textual refere-se aos:

textos materializados em situações comunicativas. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais, técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastantes estáveis.

2.3 Tipo x Gênero

A maioria das pessoas não emprega a expressão tipo de texto corretamente.

Por exemplo, muitas delas dizem que a carta pessoal ou familiar é um tipo de texto informal. No entanto, trata-se de um gênero textual, da mesma forma que uma receita

médica, um poema, uma conversa, um artigo científico, uma bula de remédio, entre outros. Em cada um desses gêneros também se realiza um tipo textual ou tipos textuais, pois podem estar presentes em um gênero mais de um tipo textual. Seguindo o exemplo da carta, pode ser que nela haja uma sequência narrativa (quando contar uma história), uma sequência argumentativa (quando defender uma ideia) e também uma sequência descritiva (quando descrever algo).

Para melhor compreensão, diferenciamos tipo de gênero textual:

Figura 6 - Tipos textuais X Gêneros Textuais¹

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. constructos teóricos definidos por propriedades lingüísticas intrínsecas;	1. realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. constituem seqüências lingüísticas ou seqüências de enunciados e não são textos empíricos	2. constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição	4. exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

Fonte: Marcuschi (2005, p. 26).

Como vimos na figura acima, carta não é um tipo textual, mas um gênero textual. Exemplos de tipos textuais são narração, argumentação, descrição, injunção e exposição. Já exemplos de gêneros textuais são piada, telefonema, receita culinária, discurso parlamentar, bula de remédio etc., que se materializam nos tipos textuais. Além disso, devemos entender os diversos domínios discursivos em que os gêneros ocorrem.

Para isso, apresentamos uma breve descrição acerca do tema e localizamos, ao final dessa descrição, o nosso objeto de estudo.

¹ Sugestão de classificação tipológica proposta por Werlich (1973 *apud* MARCUSCHI, 2005, p. 26).

2.4 Domínio discursivo

Para Marcuschi (2008, p. 155), domínio discursivo é

muito mais uma ‘esfera da atividade humana’ (...) que indica *instâncias discursivas* (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.

Marcuschi (2008) entende que o domínio discursivo produz modelos de comunicação estáveis e transmissíveis de geração a geração, no qual desenvolvemos distintas práticas sociais. Por isso, o comportamento discursivo que adotamos em um circo difere do que adotamos em uma igreja, que difere do que se deve adotar em uma Casa Legislativa.

“Os domínios discursivos operam como enquadres globais de superordenação comunicativa, subordinando práticas sociodiscursivas orais e escritas que resultam nos gêneros” (MARCUSCHI, 2008, p. 194).

O discurso parlamentar é um gênero que envolve emoção, valores, crenças e defesas de pontos de vista de quem o emite. Na maioria desses textos, há o predomínio do tipo argumentativo.

O texto argumentativo compõe-se de dois tipos de argumento que devem ser associados para a defesa da tese e para deixar o texto coerente.

Figura 7 – Inserção dos textos político-eleitorais

Argumentação demonstrativa	Argumentação Retórica
Domínios discursivos:	Domínios discursivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Textos acadêmicos • Textos científicos • Textos jornalísticos, informativos, objetivos • Textos técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Textos publicitários e de marketing • Textos político-eleitorais • Textos religiosos e de intenção moral • Textos de opinião

Fonte: Emediato (2004, p. 169).

Entendemos que o discurso parlamentar é um gênero textual que se enquadra no domínio discursivo dos textos político-eleitorais.

3 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

A oratória continua muito presente nos parlamentos modernos.

No Plenário ou nas Comissões do Congresso Nacional e nas demais casas legislativas no Brasil e no mundo, é o poder das palavras, a arte de fazê-las tocar o coração, que, em última instância, convence ou dissuade, acolhe ou rejeita a proposição... (SANTOS, 2014, p. 13).

Os discursos parlamentares possuem uma estrutura basicamente definida. Um discurso bem feito deve ter bom senso, ser coeso, coerente, persuasivo, sedutor, racional e também emotivo. Santos (2014, p. 19) complementa:

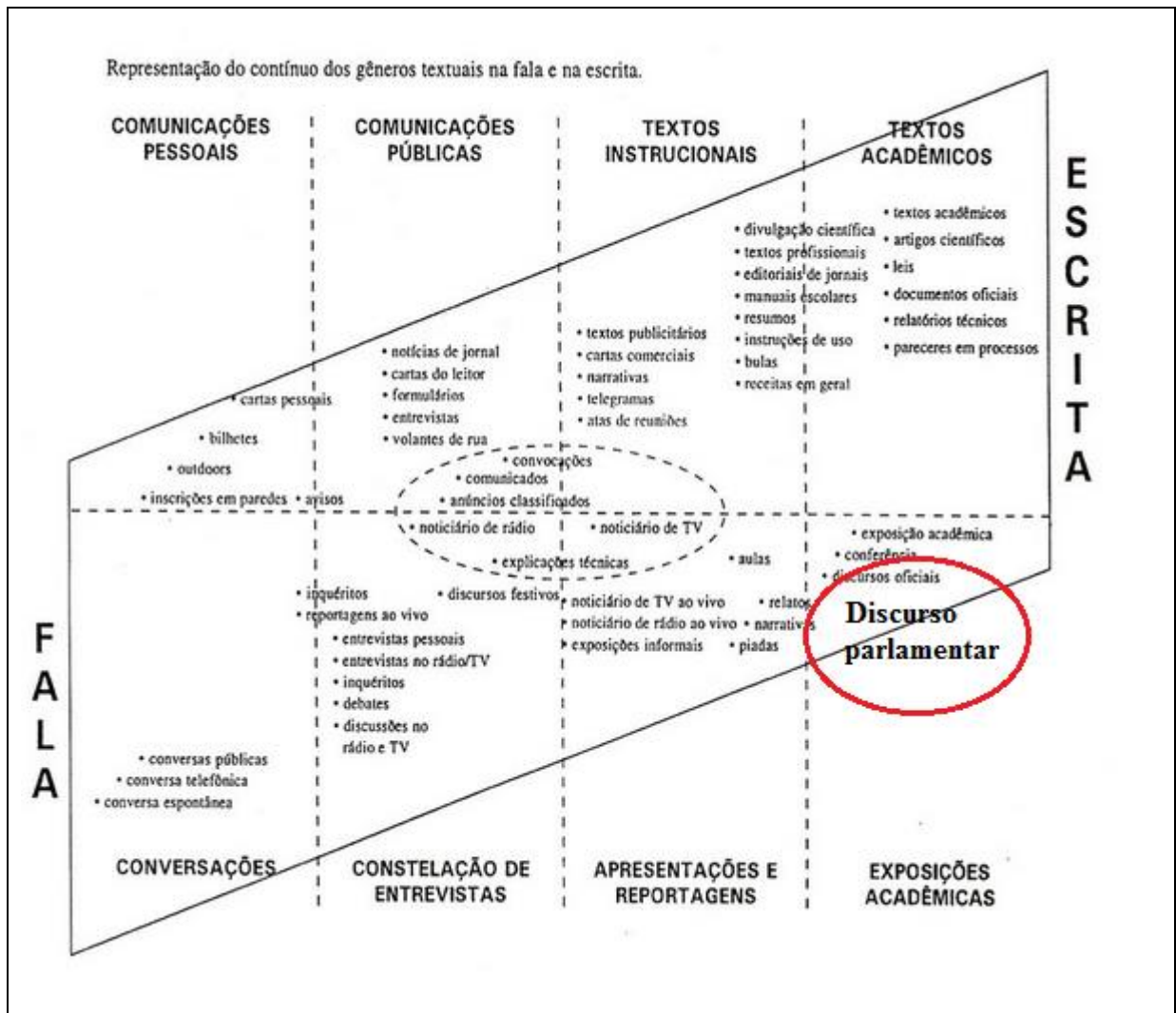
Quando um parlamentar pede a palavra é porque tem algo relevante a dizer: um elogio, uma homenagem, um protesto, um comunicado, uma defesa de ponto de vista. A tribuna é, por assim dizer, um local de respeito, onde o parlamentar se coloca para ser ouvido com mais atenção pelos pares nas cadeiras do Plenário.

A linguagem é a ferramenta básica do discurso político, em que predominam o poder argumentativo e o de convencimento, com passagens de outras tipologias textuais, como a narração e a descrição.

Bagno, Gagné e Stubbs (2002) detalham a situação social do falante como determinante da língua falada. A língua falada por um homem difere da falada por uma mulher, que difere da falada por um adolescente, por uma criança, por alguém alfabetizado, por um analfabeto, por alguém da classe alta, por outro de classe média ou baixa, por um morador do campo, por outro da cidade e assim por diante.

Os parlamentares representam o povo, seja na maneira de se comunicar, seja nas características sociais, culturais e econômicas. Por isso, o discurso parlamentar objetiva perpetuar, com fins sociais, culturais e políticos, a história do orador e do lugar.

Figura 8 - Gêneros textuais na fala e na escrita



Fonte: Marcuschi (2008, p. 197, com adaptações).

Na figura acima, localizamos o objeto de estudo desta pesquisa, que é o discurso parlamentar.

Observe-se que alinhamos o discurso parlamentar, no contínuo dos gêneros proposto por Marcuschi (2008), aos discursos oficiais por apresentar características de textualidade semelhantes, conforme veremos na análise do discurso do deputado Jefferson Peres.

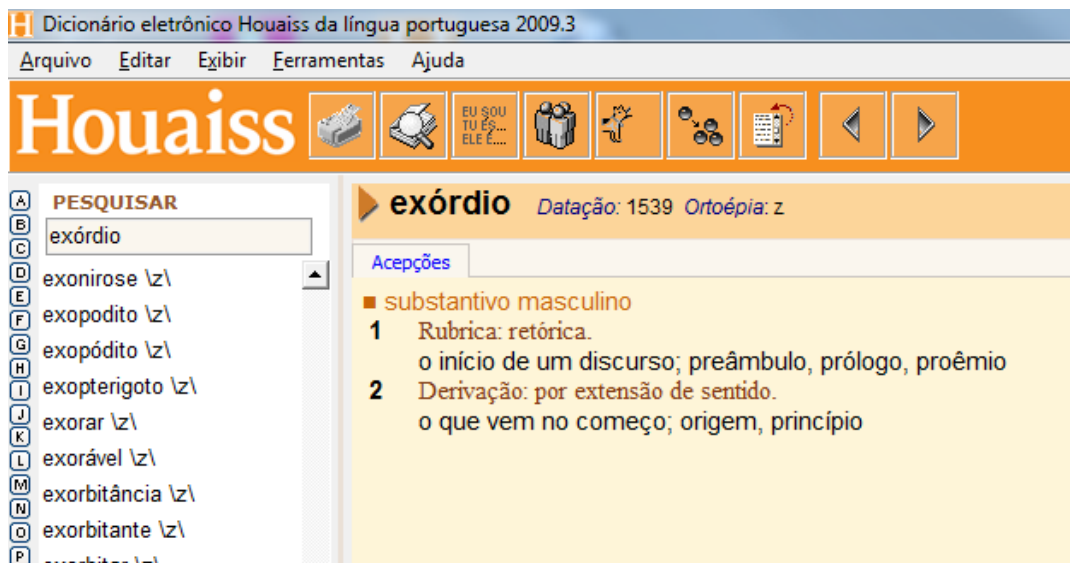
3.1 Movimentos do discurso parlamentar

Na redação dissertativa, introdução, desenvolvimento e conclusão são as partes fundamentais que a compõem. No discurso parlamentar, Santos (2014) dá-lhes o nome de movimentos do discurso parlamentar e os segmenta em exórdio, desenvolvimento e peroração.

3.1.1 Exórdio

No dicionário eletrônico de Houaiss (2009), exórdio tem as seguintes conceituações: início de um discurso; preâmbulo, prólogo, proêmio e também o que vem no começo; origem, princípio, conforme pode-se perceber na figura a seguir.

Figura 9 - Exórdio



Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa (2009).

Exórdio é um chamamento inicial cuja finalidade é utilizar-se um recurso da oratória para conquistar a audiência e ganhar a atenção dela. Cada parlamentar tem seu estilo de construção de exórdios, que pode ocorrer por meio de uma passagem literária, um provérbio, uma reflexão, uma citação de um pensador, um dito popular ou até mesmo pelo silêncio.

Mattoso Câmara (*apud* SANTOS, 2014, p. 20) ensina que há três momentos no exórdio:

primeiro, tomamos posse do ambiente, depois, focalizamos claramente para nós e para os ouvintes o nosso objetivo, para, então, fixarmo-nos nesse objetivo o auditório e fazê-lo comungar com os pensamentos que vamos desenvolver.

Em outras palavras, chama-se a audiência, apresenta-se a tese e os argumentos para buscar simpatia e sintonia para a ideia defendida.

Santos (2014, p. 21) ensina que o exórdio é

a parte mais difícil de ser confeccionada, porque o conjunto do discurso gravita em torno da reflexão apresentada, da tese e dos argumentos. Se não há coerência entre esses três elementos, o discurso está fadado à rejeição e ao fracasso.

O exórdio é difícil de ser produzido. Porém, depois de pronto, ele pode ser adaptável a uma variedade grande de temas. De forma prática, seguem alguns exemplos de exórdios sugeridos por Santos (2014).

Figura 10 - Exórdio

Sr. Presidente,
O conhecimento humano funda-se, sobretudo, nas lições oferecidas pelos livros e pelo mundo dos doutos. Entretanto, não raro, a sabedoria popular nos traz reflexões e ensinamentos sobre a vida, em provérbios, ditos e ditados, que merecem atenção e credibilidade. (fixo)
Entre esses ensinamentos, destaque-se o de que não se pode tentar corrigir um erro cometendo outro (fixo). A violência a que se lançam jovens latrocidias, ou crianças homicidas é um erro atroz, insanidade, mas a redução da idade penal se revela como um erro ainda pior (móvel).

Fonte: Santos (2014, p. 27).

Trata-se de partes fixas que podem ser encaixadas na parte introdutória de qualquer discurso parlamentar, obviamente, mantendo-se a coesão e a coerência textuais.

Figura 11 - Exórdio

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, por vezes, quando subimos à esta Tribuna da Casa de Rui Barbosa, é, lamentavelmente, para denunciar, criticar ou dizer de algum episódio que nos entristece. (fixo) Mas, hoje, é motivo de alegria e júbilo reconhecer que o Brasil tem conseguido retirar milhares de famílias da miséria e da pobreza absoluta ao longo dos últimos anos (móvel).

Fonte: Santos (2014, p. 28).

Depois do chamamento inicial segue o desenvolvimento, em que se deve apresentar a tese defendida e apontar os argumentos centrais que serão desenvolvidos ao longo do discurso. Isso pode ser feito em um ou mais parágrafos.

3.1.2 Desenvolvimento do discurso parlamentar

O desenvolvimento ocorre com a expansão das ideias apresentadas no exórdio. É nele em que se deve estabelecer “novas relações, entre outras, de causa, efeito, finalidade, consequência, exemplificação, expressas por conjunções e elementos de ligação” (SANTOS, 2014, p. 21).

Santos (2014) revela que os manuais de retórica ensinam algumas estratégias para o planejamento do discurso, quais sejam: desdobramento cronológico; agrupamento pela associação lógica; fixação de ponto de maior interesse, do qual desce gradativamente; e disposição da matéria em forma de problema proposto ao auditório, com as respectivas sugestões. Outra boa ideia é “brincar” com figuras de linguagem pelo discurso.

Os parágrafos podem ser desenvolvidos seguindo-se a linha de raciocínio do conteúdo destas figuras seguintes:

Figura 12 - Desenvolvimento

A redução da idade penal deve ser adotada no Brasil, porque é uma forma de coibir a delinquência juvenil e de reduzir o crescente número de crimes cometidos por adolescentes. Se nada for feito, estes continuarão a matar sem piedade, porque não são alcançados pela lei como os adultos. Não importa a gravidade do crime, depois de, no máximo, três anos internados, de acordo com a legislação em vigor, estarão soltos para praticar novos crimes.

Fonte: Santos (2014, p. 22).

No modelo de desenvolvimento acima, em que predominou a argumentação, concordou-se com o ponto de vista e explicou-se o porquê ou a possível consequência.

Figura 13 - Desenvolvimento

A redução da idade penal não deve ser adotada no Brasil, porque o sistema de encarceramento tem-se mostrado ineficaz na recuperação do detento e na reintegração deste à sociedade. Inserir os menores delinquentes no atual sistema prisional seria apenas introduzi-los na escola do crime em que se transformaram as penitenciárias brasileiras. Se agir dessa forma, o Estado apenas confirmará a incapacidade de acudir milhares de jovens que, na maioria das vezes, acabam por delinquir em razão da falta de oportunidades para o pleno desenvolvimento intelectual.

Fonte: Santos (2014, p. 22).

Percebe-se claramente que no modelo acima também predominou a argumentação, com discordância do ponto de vista e apresentação de argumento contrário.

Figura 14 - Desenvolvimento

O conceito de saúde defendido pela OMS é um bom exemplo de que não adianta gastar horas em academias malhando o corpo se a mente não anda bem. Para estar saudável, o indivíduo precisa preocupar-se com a forma física e com a alimentação, mas é necessário, também, ampliar as relações interpessoais, cultivar uma atitude positiva em relação à vida.

Fonte: Santos (2014, p. 23).

Nesse desenvolvimento, houve apresentação e discussão de exemplo. Depois, mostrou-se uma finalidade. Em relação às tipologias textuais, neste exemplo percebemos a exposição e a argumentação.

Figura 15 - Desenvolvimento

A redução do crescimento da indústria no último semestre de 2010 pode ser um mau sinal, o de que o Brasil se encontra diante da ameaça da síndrome holandesa: a desindustrialização. Já passamos da hora de reduzir a carga tributária brasileira para diminuir o custo Brasil e tornar os nossos produtos mais competitivos. Além de enfrentar a baixa do dólar, os empresários precisam superar toda sorte de burocracia, taxas e impostos, que juntos chegam a 40%, a maior carga do planeta.

Fonte: Santos (2014, p. 23 e 24).

Nesse modelo, apresentaram-se dados, comentários e conclusões.

Figura 16 - Desenvolvimento

A maioria dos entrevistados nas passeatas que tomaram as ruas do Brasil é unânime ao se posicionar contra a corrupção e exigir mais recursos para a saúde e a educação. Isso levará o Brasil a rediscutir a agenda legislativa.

Fonte: Santos (2014, p. 24).

Pode ser feito dessa maneira também: apresentando um relato e lançando hipóteses para comentá-lo.

Figura 17 - Desenvolvimento

O relato do adolescente de 17 anos, apreendido, após prestar um depoimento que mudou os rumos da investigação sobre o assassinato de Eliza Samúdio, ex-amante do goleiro Bruno do Flamengo, se confirmado, demonstra a que ponto pode chegar a crueldade e a torpeza humanas. Nada poderá justificar a forma brutal como provavelmente a jovem foi morta.

Fonte: Santos (2014, p. 24).

Acima, houve o comentário de um depoimento com uma hipótese, que pode ser contrária ou favorável ao comentário.

Figura 18 - Desenvolvimento

O acidente com o Airbus da TAM em Congonhas foi semelhante a outro ocorrido no aeroporto de Taipei, em Taiwan. Neste não houve perdas de vidas, porque a aeronave parou na área de escape, mas naquele o avião da TAM se choca contra edifícios do lado de fora do aeroporto e mata 199 pessoas, no pior desastre aéreo já registrado no Brasil.

Fonte: Santos (2014, p. 24).

Pode ser feito referindo-se a exemplos e os comparando a outros, conforme modelo acima.

Figura 19 - Desenvolvimento

Para alcançar a condição de país desenvolvido, o Brasil, a exemplo de outras nações, como a Irlanda e a Espanha, precisará fazer uma verdadeira revolução na área educacional e tratá-la como uma questão de Estado. A qualidade do ensino é baixa e sem qualquer condição de preparar os jovens para o competitivo mercado de trabalho na sociedade do conhecimento.

Fonte: Santos (2014, p. 25).

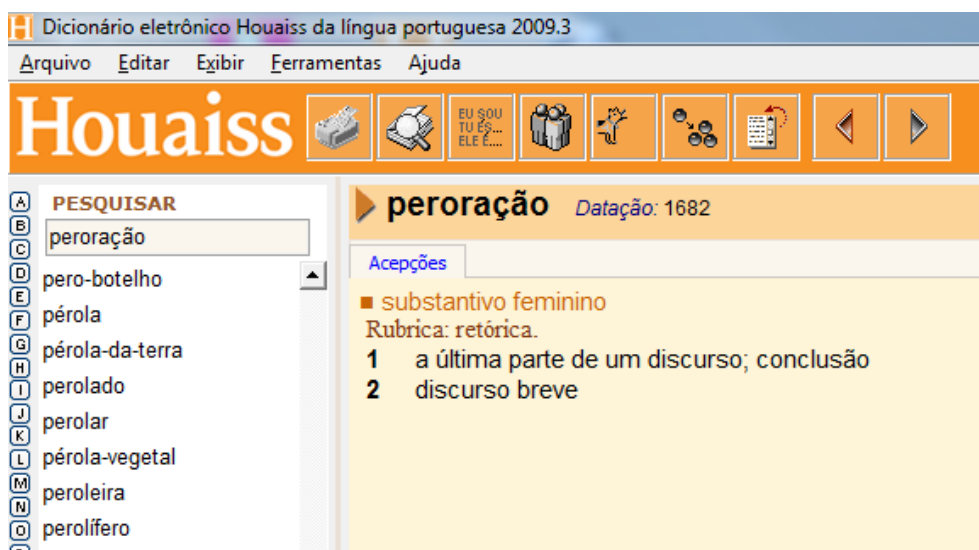
Para finalizar, o desenvolvimento dos discursos parlamentares pode ser feito também apresentando-se condições para que o ponto de vista seja verdadeiro ou que algum evento ocorra.

Percebemos grande variedade de sequências tipológicas nos desenvolvimentos nesses exemplos de discursos parlamentares, com predominância do tipo argumentação.

3.1.3 Peroração

No dicionário eletrônico de Houaiss (2009), peroração tem as seguintes conceituações: a última parte de um discurso; conclusão; e também discurso breve, conforme a figura a seguir.

Figura 20 - Peroração



Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa (2009).

De acordo com as ideias de Santos (2014, p. 25), a peroração funciona como a conclusão do discurso e reúne os argumentos propostos. Resume, rapidamente, os principais pontos levantados; faz um apelo, ou pedido; ou a combinação dessas duas estratégias.

Observe-se um bom exemplo de peroração:

Nestes corredores, nestas Comissões, neste Plenário do Senado Federal, há pegadas de um homem honesto, probo e humilde, há pegadas de um homem sábio e ético, que ficarão como referência permanente para quem desejar trilhar o caminho da política pelo povo, para o povo, pelo Brasil e para a Nação. Muito obrigado! (SANTOS, 2014, p. 25)

Também como no exórdio, a parte final do discurso pode propor uma passagem literária ou uma reflexão, como no modelo acima. Se for bem feita, ela retoma o início do discurso e ratifica a proposta do parlamentar. É bom que chame a atenção para um objetivo maior, como um projeto de lei, a rejeição de uma medida provisória ou a construção de uma hidrelétrica, por exemplo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO PARLAMENTAR

O *corpus* deste trabalho é constituído por um dos quatrocentos e cinquenta e um pronunciamentos feitos pelo senador Jefferson Peres, do PDT do Amazonas, e data de 30 de agosto de 2006.

A discriminação a seguir dos movimentos do discurso parlamentar foi feita com base nos ensinamentos de Santos (2014).

Figura 21 – Discurso parlamentar

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de longa ausência de algumas semanas, volto a esta tribuna para manifestar o meu desalento com a vida pública deste País. **exórdio**

Gostaria de estar aqui discutindo, como fez o Senador José Jorge, a respeito das riquezas naturais do Brasil, com as quais ele tanto se preocupa, e não como falarei, sobre algo muito pior: a dilapidação do capital ético deste País. **exórdio**

Senador José Jorge, poderíamos não ter um barril de petróleo nem um metro cúbico de gás, mas poderíamos ser uma das potências mundiais em termos de desenvolvimento. **desenvolvimento**

O Japão não tem nada. Não tem petróleo, gás ou riquezas minerais. A Coréia do Sul também não tem nada disso, Senador Antonio Carlos, e nos dá um banho em termos de desenvolvimento não apenas econômico, mas também humano. **desenvolvimento**

O que está faltando mesmo ao Brasil e sempre faltou é uma elite dirigente com compromisso com a coisa pública, capaz de fazer neste País o que precisaria ser feito: investimento em capital humano. **desenvolvimento**

Vejam que País é este. Estamos aqui com seis Senadores em pleno mês de agosto, porque estamos em recesso branco. Por que não se reduz a campanha eleitoral a trinta dias e transfere-se o recesso de julho para setembro? Nós ficaríamos com o Congresso aberto, de Casa cheia, até 31 de agosto. Faríamos trinta dias de campanha em recesso oficial, remunerado. **desenvolvimento**

Estamos aqui no faz-de-conta. Como disse o Ministro Marco Aurélio, este é o País do faz-de-conta. Estamos fingindo que fazemos uma sessão do Senado, estamos em casa sem trabalhar. Estou em Manaus há quase um mês, recebendo, sem fazer nada - para o Congresso Nacional, pelo menos. Como se ter animação em um País como este com um Presidente que, até poucos meses atrás, era sabidamente - como o é - um Presidente conivente com um dos piores escândalos de corrupção que já aconteceu no Brasil, e este Presidente está marchando para ser eleito, talvez, em primeiro turno? É desinformação da população? Não, não é. Se fizermos uma enquete em qualquer lugar deste País, todos concordarão, ou a grande maioria, que o Presidente sabia de tudo. Então, votam nele sabendo que ele sabia. A crise ética não é só da classe política, não, parece que ela atinge grande parte da sociedade brasileira. Ele vai voltar porque o povo quer que ele volte. Democracia é isso. Curvo-me à vontade popular, mas inconformado. Esta será uma das eleições mais decepcionantes da minha vida. É a declaração pública, solene, histórica do povo brasileiro de que desvios éticos por parte de governantes não têm mais importância. Isso vem até da classe dos intelectuais, dos artistas. Que episódio deplorável aquele que aconteceu no Rio de Janeiro semana passada! Artistas, numa manifestação de solidariedade ao Presidente, com declarações cínicas, desavergonhadas, Senador Antonio Carlos Magalhães! Um compositor dizer que "política é isso mesmo, fez o que deveria fazer", o outro dizer que "política é meter a mão na 'm'"! Um artista, em qualquer país do mundo, é a consciência crítica de uma nação. Aqui é essa, é isso que é a classe artística brasileira, pelo menos uma grande parte dela, é o povo conivente com isso. **desenvolvimento**

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL - BA) - E pagos pela Petrobras.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) - E pior, pior ainda: os artistas estão fazendo isso em interesse próprio, porque recebem de empresas públicas contratos milionários - isso é a putrefação moral deste País -, e o povo vai reconduzir o Presidente porque "política é isso mesmo". **desenvolvimento**

Tenho quatro anos de Senado. Não me candidatarei em 2010, não quero mais viver a vida pública. Vou cumprir o mandato que o povo do Amazonas me deu, não vou silenciar. Ele pode ser eleito com 99,9%. Eu estarei aí na tribuna dizendo que ele deveria ter sido mesmo destituído porque o que ele fez é muito grave. É muito grave. Curvo-me à vontade popular, mas não sem o sentimento de profunda indignação. A classe política, nem se fala, essa já apodreceu há muito tempo mesmo. Este Congresso que está aqui, desculpem-me a franqueza, é o pior de que já participei. É a pior legislatura da qual já participei, Senador Antonio Carlos Magalhães. Nunca vi um Congresso tão medíocre. Claro, com uma minoria ilustre, respeitável, a quem cumprimento. Mas uma maioria, infelizmente, tão medíocre, com nível intelectual e moral tão baixo, eu nunca vi. O que se pode esperar disso aí? Não sei. Eu não vou mais perder o meu tempo. Vou continuar protestando sempre, cumprindo o meu dever. Não teria justificativa dizer que não vou fazer mais nada. Vou cumprir rigorosamente o meu dever neste Senado até o último dia de mandato, mas para cá não quero mais voltar, não! **desenvolvimento**

Um País que tem um Congresso deste, que tem uma classe política dessa, que tem um povo... Senador Antonio Carlos Magalhães, dizem que político não deve falar mal do povo. Eu falo, eu falo. Parte da população compactua com isso. É lamentável! E que sabe. Não é por desinformação, não. E que não é só o povão, não. É parte da elite, inclusive intelectual. Compactua com isso é porque são iguais, se não piores. Vou continuar nessa vida pública? Para que, Senador Antonio Carlos Magalhães? Eu louvo V. Ex^a, que é um pouco mais velho do que eu e vai continuar ainda. Mas, para mim, chega! Vou continuar pelejando pelos jornais e por todos os meios possíveis, mas, como ator na vida política e na vida pública deste País, depois de 2010, não quero mais! Elejam quem vocês quiserem! Podem chamar até o Fernandinho Beira-Mar e fazê-lo Presidente da República - ele não vai com o meu voto, mas, se quiserem, façam-no. **peroração**

O meu desalento é profundo. Deixo isso registrado nos Anais do Senado Federal. Infelizmente, eu gostaria de estar fazendo outro tipo de pronunciamento, mas falo o que penso, sendo ou não votos - pouco me importa. Aliás, eu não quero mais votos mesmo, pois estou encerrando a minha vida pública daqui a quatro anos, profundamente desencantado com ela. **peroração**

Muito obrigado, Sr. Presidente. **peroração**

Fonte: www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/364112

Procederam-se à coleta, leitura e reflexão de textos teóricos pertinentes aos discursos parlamentares, tipos e gêneros textuais e escolheu-se o discurso parlamentar acima - objeto de análise deste artigo.

Aplicaram-se os movimentos do discurso parlamentar ao gênero textual escolhido para análise e teceram-se algumas considerações a respeito do tipo textual que prevaleceu nos trechos do discurso parlamentar.

No início do discurso, Jefferson Peres chama a atenção das autoridades do Senado para a vida pública e a dilapidação do capital ético do Brasil. O senador poderia ter adentrado ao assunto por meio de alguma figura de linguagem, uma citação ou uma reflexão, mas foi ao assunto anunciando-o de forma direta.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, depois de longa ausência de algumas semanas, volto a esta tribuna para manifestar o meu desalento com a vida pública deste País.

Gostaria de estar aqui discutindo, como fez o Senador José Jorge, a respeito das riquezas naturais do Brasil, com as quais ele tanto se preocupa, e não como falei, sobre algo muito pior: a dilapidação do capital ético deste País.

Abaixo está o desenvolvimento do discurso, que abrange vários recursos linguísticos e tipos textuais.

Senador José Jorge, poderíamos não ter um barril de petróleo nem um metro cúbico de gás, mas poderíamos ser uma das potências mundiais em termos de desenvolvimento.

O Japão não tem nada. Não tem petróleo, gás ou riquezas minerais. A Coréia do Sul também não tem nada disso, Senador Antonio Carlos, e nos dá um banho em termos de desenvolvimento não apenas econômico, mas também humano.

O que está faltando mesmo ao Brasil e sempre faltou é uma elite dirigente com compromisso com a coisa pública, capaz de fazer neste País o que precisaria ser feito: investimento em capital humano.

Vejam que País é este. Estamos aqui com seis Senadores em pleno mês de agosto, porque estamos em recesso branco. Por que não se reduz a campanha eleitoral a trinta dias e transfere-se o recesso de julho para setembro? Nós ficaríamos com o Congresso aberto, de Casa cheia, até 31 de agosto. Faríamos trinta dias de campanha em recesso oficial, remunerado.

Estamos aqui no faz-de-conta. Como disse o Ministro Marco Aurélio, este é o País do faz-de-conta. Estamos fingindo que fazemos uma sessão do Senado, estamos em casa sem trabalhar. Estou em Manaus há quase um mês, recebendo, sem fazer nada - para o Congresso Nacional, pelo menos. Como se ter animação em um País como este com um Presidente que, até poucos meses atrás, era sabidamente - como o é - um Presidente conivente com um dos piores escândalos de corrupção que já aconteceu no Brasil, e este Presidente está marchando para ser eleito, talvez, em primeiro turno? É desinformação da população? Não, não é. Se fizermos uma enquete em qualquer lugar deste País, todos concordarão, ou a grande maioria, que o Presidente sabia de tudo. Então, votam nele sabendo que ele sabia. A crise ética não é só da classe política, não, parece que ela atinge grande parte da sociedade brasileira. Ele vai voltar porque o povo quer que ele volte. Democracia é isso. Curvo-me à vontade popular, mas inconformado. Esta será uma das eleições mais decepcionantes da minha vida. É a declaração pública, solene, histórica do povo brasileiro de que desvios éticos por parte de governantes não têm mais importância. Isso vem até da classe dos intelectuais, dos artistas. Que episódio deplorável aquele que aconteceu no Rio de Janeiro semana passada! Artistas, numa manifestação de solidariedade ao Presidente, com declarações cínicas, desavergonhadas, Senador Antonio Carlos Magalhães! Um compositor dizer que “política é isso mesmo, fez o que deveria fazer”, o outro dizer que “política é meter a mão na 'm'”! Um artista, em qualquer país do mundo, é a consciência crítica de uma nação. Aqui é essa, é isso que é a classe artística brasileira, pelo menos uma grande parte dela, é o povo conivente com isso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL - BA) - E pagos pela Petrobras.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) - E pior, pior ainda: os artistas estão fazendo isso em interesse próprio, porque recebem de empresas públicas contratos milionários - isso é a putrefação moral deste País -, e o povo vai reconduzir o Presidente porque “política é isso

mesmo”.

Tenho quatro anos de Senado. Não me candidatarei em 2010, não quero mais viver a vida pública. Vou cumprir o mandato que o povo do Amazonas me deu, não vou silenciar. Ele pode ser eleito com 99,9%. Eu estarei aí na tribuna dizendo que ele deveria ter sido mesmo destituído porque o que ele fez é muito grave. É muito grave. Curvo-me à vontade popular, mas não sem o sentimento de profunda indignação. A classe política, nem se fala, essa já apodreceu há muito tempo mesmo. Este Congresso que está aqui, desculpem-me a franqueza, é o pior de que já participei. É a pior legislatura da qual já participei, Senador Antonio Carlos Magalhães. Nunca vi um Congresso tão medíocre. Claro, com uma minoria ilustre, respeitável, a quem cumprimento. Mas uma maioria, infelizmente, tão medíocre, com nível intelectual e moral tão baixo, eu nunca vi. O que se pode esperar disso aí? Não sei. Eu não vou mais perder o meu tempo. Vou continuar protestando sempre, cumprindo o meu dever. Não teria justificativa dizer que não vou fazer mais nada. Vou cumprir rigorosamente o meu dever neste Senado até o último dia de mandato, mas para cá não quero mais voltar, não!

No desenvolvimento, o senador perpassou por todas as tipologias textuais, quais sejam, injunção, argumentação, narração, exposição e descrição e abrangeu várias figuras de linguagem. Percebe-se que houve predominância do tipo argumentação na maioria dos parágrafos do desenvolvimento do discurso analisado.

Nem sempre é tão fácil estabelecer em qual parágrafo termina o exórdio e começa o desenvolvimento. Assim como às vezes encontramos dificuldade em dizer onde termina o desenvolvimento e inicia a peroração. No entanto, as estratégias de Santos (2014) ajudaram-nos a distingui-los e discriminá-los.

Abaixo, no primeiro parágrafo da peroração, está visível que predomina o tipo textual da injunção. Em várias oportunidades, o orador utilizou-se de sequências imperativas. Nele o orador já não desenvolve mais o tema como nos parágrafos anteriores. É o início do final do discurso, cuja continuação dá-se no segundo parágrafo da peroração. Ele começa lamentando a situação da classe política brasileira e termina anunciando que vai encerrar a sua vida pública decepcionado e desencantado com ela.

Um País que tem um Congresso deste, que tem uma classe política dessa, que tem um povo... Senador Antonio Carlos Magalhães, dizem que político não deve falar mal do povo. Eu falo, eu falo. Parte da população compactua com isso. É lamentável! E que sabe. Não é por desinformação, não. E que não é só o povão, não. É parte da elite, inclusive intelectual. Compactuam com isso é porque são iguais, se não piores. Vou continuar nessa vida pública? Para que, Senador Antonio Carlos Magalhães? Eu louvo V. Ex^a, que é um pouco mais velho do que eu e vai continuar ainda. Mas, para mim, chega! Vou continuar pelejando pelos jornais e por todos os meios possíveis, mas, como ator na vida política e na vida pública deste País, depois de 2010, não quero mais! Elejam quem vocês quiserem! Podem chamar até o Fernandinho Beira-Mar e fazê-lo Presidente da República - ele não vai com o meu voto, mas, se quiserem, façam-no.

O meu desalento é profundo. Deixo isso registrado nos Anais do Senado Federal. Infelizmente, eu gostaria de estar fazendo outro tipo de pronunciamento, mas falo o que penso, perdendo ou não votos - pouco me importa. Aliás, eu não quero mais votos mesmo, pois estou encerrando a minha vida pública daqui a quatro anos, profundamente desencantado com ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ao final, o senador Jefferson Peres encerrou o seu discurso com um simples muito obrigado, Sr. Presidente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo preliminar, esperamos que se tenham compreendido as noções de gênero, tipo textual e os movimentos do discurso parlamentar. Quanto ao gênero, o discurso parlamentar é entendido como um texto político-eleitoral; quanto ao tipo textual, há predominância da argumentação, mas há trechos em que a tipologia exposição, descrição e narração também aparecem.

Identificamos, conforme Santos (2014), que o exórdio, o desenvolvimento e a peroração seguem modelos mais ou menos preestabelecidos. Como ficou demonstrado na análise, que confirma as estratégias de construção de sentidos propostas por Santos (2014) para o discurso parlamentar, o revisor de textos deve respeitar os elementos de textualidade próprios de cada gênero textual, bem como as características de construção de sentidos do gênero. Logo no início do discurso, os parlamentares pretendem chamar a atenção dos ouvintes para a ideia que será defendida. Para isso, eles podem se utilizar de algumas estratégias, quais sejam, figuras de linguagem, provérbios ou reflexões como recursos discursivos de fundamental importância para captar a atenção da plateia e interagir com os ouvintes. No desenvolvimento, o político almeja defender a sua ideia e tenta convencer a audiência acerca dela. O discurso pode ser narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo ou injuntivo, predominantemente; mas pode também abarcar mais de uma tipologia. Por fim, Santos (2014) nos ensinou a construir as perorações de maneira que os discursos políticos não fiquem apenas no plano das ideias. Devem elas desaguar em alternativas ou proposições que ratifiquem a tese apresentada pelo orador. A peroração deve reunir os principais pontos levantados no desenvolvimento do discurso. Muitas vezes, a peroração pode se resumir a um simples “muito obrigado”. Em outros casos, ela pode se dar por uma reflexão ou passagem literária e, ao final, o parlamentar se despede da audiência.

Nossa expectativa é que o revisor, ao realizar seu trabalho, consiga não apenas identificar as partes constitutivas do discurso parlamentar, mas também entender que esses elementos estão a serviço da construção das relações de sentido inerentes a esse gênero textual.

**THE CONSTITUTIVE TEXTUAL ELEMENTS OF PARLIAMENTARY SPEECH: A
contribution to the review/revision of texts**

ABSTRACT

This article has the main purpose of describing and analyzing, on the one hand, the constitutive parts of the textual genre parliamentary discourse and, on the other hand, revealing the predominance of the textual type(s) and the discursive domain to which it belongs the genre in study. For this, we followed the theorists of textual linguistics (MARCUSCHI AND KOCH) and the linguist João Dino dos Santos – studios of parliamentary speech. The results of this research point to the understanding of the constitutive parts of the textual genre and its relations of learning, furthermore, encourage the proofreaders to better understand the macro and microtextual specificities of the parliamentary speech.

Key words: Parliamentary speech. Constitutive elements. Review of text.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Michael. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

BRUN, Edna Pagliari. **Tipos textuais e intertextualidade genérica**. http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_224.pdf. Acesso em: 21 fev. 2017.

DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Acesso em: 12 out. 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. **Da fala para a escrita: atividade de retextualização**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi

[G%C3%AAneros textuais defini%C3%A7%C3%B5es funcionalidade.pdf](#). Acesso em: 12 out. 2016.

SANTOS, João Dino do. **Discursos Parlamentares: estratégias para concursos**. 1. ed. Brasília: Editora Gran Cursos, 2014.

Senado Federal. **Pronunciamento de Jefferson Peres em 30/08/2006**. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/364112>. Acesso em: 14 fev. 2017.

ANEXO A – Discurso na íntegra do Deputado Jefferson Peres

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de longa ausência de algumas semanas, volto a esta tribuna para manifestar o meu desalento com a vida pública deste País.

Gostaria de estar aqui discutindo, como fez o Senador José Jorge, a respeito das riquezas naturais do Brasil, com as quais ele tanto se preocupa, e não como falarei, sobre algo muito pior: a dilapidação do capital ético deste País.

Senador José Jorge, poderíamos não ter um barril de petróleo nem um metro cúbico de gás, mas poderíamos ser uma das potências mundiais em termos de desenvolvimento.

O Japão não tem nada. Não tem petróleo, gás ou riquezas minerais. A Coréia do Sul também não tem nada disso, Senador Antonio Carlos, e nos dá um banho em termos de desenvolvimento não apenas econômico, mas também humano.

O que está faltando mesmo ao Brasil e sempre faltou é uma elite dirigente com compromisso com a coisa pública, capaz de fazer neste País o que precisaria ser feito: investimento em capital humano.

Vejam que País é este. Estamos aqui com seis Senadores em pleno mês de agosto, porque estamos em recesso branco. Por que não se reduz a campanha eleitoral a trinta dias e transfere-se o recesso de julho para setembro? Nós ficaríamos com o Congresso aberto, de Casa cheia, até 31 de agosto. Faríamos trinta dias de campanha em recesso oficial, remunerado.

Estamos aqui no faz-de-conta. Como disse o Ministro Marco Aurélio, este é o País do faz-de-conta. Estamos fingindo que fazemos uma sessão do Senado, estamos em casa sem trabalhar. Estou em Manaus há quase um mês, recebendo, sem fazer nada - para o Congresso Nacional, pelo menos. Como se ter animação em um País como este com um Presidente que, até poucos meses atrás, era sabidamente - como o é - um Presidente conivente com um dos piores escândalos de corrupção que já aconteceu no Brasil, e este Presidente está marchando para ser eleito, talvez, em primeiro turno? É desinformação da população? Não, não é. Se fizermos uma enquete em qualquer lugar deste País, todos concordarão, ou a grande maioria, que o Presidente sabia de tudo. Então, votam nele sabendo que ele sabia. A crise ética não é só da classe política, não, parece que ela atinge grande parte da sociedade brasileira. Ele vai voltar porque o povo quer que ele volte. Democracia é isso. Curvo-me à vontade popular, mas inconformado. Esta será uma das eleições mais decepcionantes da minha vida. É a declaração pública, solene, histórica do povo brasileiro de que desvios éticos por parte de governantes não têm mais importância. Isso vem até da classe dos intelectuais, dos artistas. Que episódio deplorável aquele que aconteceu no Rio de Janeiro semana passada! Artistas, numa manifestação de solidariedade ao Presidente, com declarações cínicas, desavergonhadas, Senador Antonio Carlos Magalhães! Um compositor dizer que “política é isso mesmo, fez o que deveria fazer”, o outro dizer que “política é meter a mão na 'm'”! Um artista, em qualquer país do mundo, é a consciência crítica de uma nação. Aqui é essa, é isso que é a classe artística brasileira, pelo menos uma grande parte dela, é o povo conivente com isso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL - BA) - E pagos pela Petrobras.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) - E pior, pior ainda: os artistas estão fazendo isso em interesse próprio, porque recebem de empresas públicas contratos milionários - isso é a putrefação moral deste País -, e o povo vai reconduzir o Presidente porque “política é isso mesmo”.

Tenho quatro anos de Senado. Não me candidatarei em 2010, não quero mais viver a vida pública. Vou cumprir o mandato que o povo do Amazonas me deu, não vou silenciar. Ele pode ser eleito com 99,9%. Eu estarei aí na tribuna dizendo que ele deveria ter sido mesmo destituído porque o que ele fez é muito grave. É muito grave. Curvo-me à vontade popular, mas não sem o sentimento de profunda indignação. A classe política, nem se fala, essa já apodreceu há muito tempo mesmo. Este Congresso que está aqui, desculpem-me a franqueza, é o pior de que já participei. É a pior legislatura da qual já participei, Senador Antonio Carlos Magalhães. Nunca vi um Congresso tão medíocre. Claro, com uma minoria ilustre, respeitável, a quem cumprimento. Mas uma maioria, infelizmente, tão medíocre, com nível intelectual e moral tão baixo, eu nunca vi. O que se pode esperar disso aí? Não sei. Eu não vou mais perder o meu tempo. Vou continuar protestando sempre, cumprindo o meu dever. Não teria justificativa dizer que não vou fazer mais nada. Vou cumprir rigorosamente o meu dever neste Senado até o último dia de mandato, mas para cá não quero mais voltar, não!

Um País que tem um Congresso deste, que tem uma classe política dessa, que tem um povo... Senador Antonio Carlos Magalhães, dizem que político não deve falar mal do povo. Eu falo, eu falo. Parte da população compactua com isso. É lamentável! E que sabe. Não é por desinformação, não. E que não é só o povão, não. É parte da elite, inclusive intelectual. Compactuam com isso é porque são iguais, se não piores. Vou continuar nessa vida pública? Para que, Senador Antonio Carlos Magalhães? Eu louvo V. Ex^a, que é um pouco mais velho do que eu e vai continuar ainda. Mas, para mim, chega! Vou continuar pelejando pelos jornais e por todos os meios possíveis, mas, como ator na vida política e na vida pública deste País, depois de 2010, não quero mais! Elejam quem vocês quiserem! Podem chamar até o Fernandinho Beira-Mar e fazê-lo Presidente da República - ele não vai com o meu voto, mas, se quiserem, façam-no.

O meu desalento é profundo. Deixo isso registrado nos Anais do Senado Federal. Infelizmente, eu gostaria de estar fazendo outro tipo de pronunciamento, mas falo o que penso, perdendo ou não votos - pouco me importa. Aliás, eu não quero mais votos mesmo, pois estou encerrando a minha vida pública daqui a quatro anos, profundamente desencantado com ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.